

Quando Inicia o Período das Setenta Semanas de Daniel 9:24?

William H. Shea

Por que o período das 70 semanas proféticas inicia no ano 457 A.C.?

No primeiro ano de Dario o Medo (538 A.C.), Daniel, o profeta e oficial da corte Babilônica, determinou oferecer a Deus orações sinceras em favor dos exilados de Judá.

Em sua oração (Dn 9:1-19) Daniel pleiteou com o Senhor para que Ele perdoasse Seu povo rebelde e o restaurasse em sua terra e cidade capital. Ele buscou o Senhor para o cumprimento de Suas promessas feitas aos profetas que Jerusalém e seu templo seriam reconstruídos depois da destruição que eles sofreram.

Deus respondeu à oração de Daniel. Ele viu que o povo do Senhor devia ser enviado de volta à sua terra natal por Ciro (Ed 1, 2), reconstruir o templo (Ed 5, 6), e finalmente a cidade de Jerusalém (Ne 1-5; 6:15, 16). Porém, Deus foi além dos pedidos de Daniel. Através da palavra profética transmitida por Gabriel (Dn 9:21-23), Deus deu instrução a Daniel a respeito do Messias que estava para vir a Seu povo depois que a cidade e o templo fossem reconstruídos.

Nesta profecia, Deus designou o tempo quando o Messias viria. Ele devia ser marcado desde a ocasião que Daniel havia estado em oração até a reconstrução de Jerusalém. Gabriel disse a Daniel: “Saiba e entenda que, a partir da promulgação do decreto que manda restaurar e reconstruir Jerusalém até o Ungido, o líder, venha, haverá sete semanas, e sessenta e duas semanas. Ela será reconstruída com ruas e muros, mas em tempos difíceis” (Dn 9:25).

Claramente, esta profecia notável é um marco profético de muita importância. Ele oferece um critério valioso pelo qual o Messias verdadeiro poderia ser distinguido dos falsos. Se uma pessoa que reivindicar ser o Messias não vier no tempo correto, ele não poderia ser o Messias verdadeiro. Devido a esta importância significativa desta profecia fazemos bem em prestar cuidadosa atenção em seus detalhes. O foco inferior de nosso estudo desta profecia estará sobre a duração do tempo envolvido; nosso foco principal estará sobre o seu ponto de início. Primeiro lidaremos com a extensão do tempo.

O Período de Tempo

A. Extensão. A primeira questão a tratar em termos de extensão do período tem que ver com as unidades com as quais ele deve ser mensurado. Traduções mais antigas tal como a KJV traduziu a palavra envolvida aqui como “semanas,” enquanto uma mais recente, a NIV, prefere a tradução “setes.” O efeito líquido de ambas as traduções é a mesma extensão de tempo, pois aqueles comentaristas que preferem a tradução “setes” reconhecem que ele são sete anos.^[1] Para aqueles que conservam a tradução mais velha como “semanas,” cada uma das semanas é composta de sete dias, e cada dia profético é entendido como um ano histórico de acordo com o princípio hermenêutico apocalíptico de um dia representando um ano (veja Ez 4:6; Nm 14:34).^[2] Consequentemente a única diferença real entre as duas escolas de pensamento é se o princípio dia-ano precisa ser invocado ou não aqui. Em qualquer caso o número total de anos chega a 483 anos $(7 \times 7) + (7 \times 62) = 483$. Embora a tradução da palavra crucial seja de interesse, não é necessário nos deter pois a evidência linguística relevante para a questão ainda favorece a tradução “semanas.”^[3] Mesmo a NIV coloca “semanas” na margem.

B. Pontuação e divisões. A outra questão envolvida com a extensão do tempo antes que o Messias viesse tem que ver com pontuação. A passagem tem que ser traduzida de tal maneira que indique que as sete semanas e as sessenta e duas semanas permaneçam juntas como uma unidade composta, ou de tal maneira para aplica-las a acontecimentos separados. Algumas traduções modernas as separam, enquanto que as traduções antigas as mantêm juntas. A RSV, falando do príncipe, diz que “haverá sete semanas.” Então depois de inserir um ponto no final da sentença, ela inicia uma nova sentença, “Então por sessenta e duas semanas ela será construída novamente.” Esta pontuação dá as sete semanas para o príncipe e concede as sessenta e duas semanas para a reconstrução da cidade. Porém, se as duas unidades de tempo forem mantidas juntas, então tanto as sete como as sessenta e duas semanas deveriam ser cumpridas antes que o Príncipe pudesse vir.

A base lógica pela qual estas unidades de tempo têm sido separadas nas traduções, tal como a RSV, envolve a quantidade de pressão e peso colocada sobre o sinal de pontuação, *'athnah*, no texto Hebraico como indicada pelos

Massoretas. Existem diversos problemas com este tratamento. Em primeiro lugar, um *'athnah* não é um *soph pasûq*, assim como uma vírgula não é um ponto. Um *soph pasûq* termina versos do texto Hebraico tal como um ponto termina uma sentença, porém o *'athnah* é usado apenas no meio aproximado da sentença Hebraica, em contraste com a vírgula, que estabelece paradas curtas nas frases. Dividir a sentença Hebraica em duas sentenças com um ponto como um divisor no Português somente porque um *'athnah* está localizado no meio dela vai além da importância do significado do *soph pasûq*. Fazer tal coisa não é permitido pela pronúncia Hebraica e não é tradução satisfatória.

A natureza arbitrária da pontuação da RSV aqui pode existir em comparação com, aquilo que eles fizeram com o restante de Daniel 9. Nenhum outro exemplo ocorre no texto de Daniel 9 da RSV no qual uma *'athnah* é retrato com um ponto. Além disso, existem quatro casos nos quais a RSV não retrata nem mesmo um *soph pasûq* como ponto. Daniel 9:1 ela trata um *soph pasûq* como um hífen, o verso 4 como uma vírgula, e os versos 5, 20 como um ponto e vírgula. Quando mensurada contra sua própria prática, aquilo que a RSV fez com o *'athnah* aqui em Daniel 9:25 não é apenas uma tradução pobre mas também um caso totalmente arbitrário de apelação especial. A tradução mais antiga que juntou as unidades de tempo deve ser mantida. Até mesmo a LXX apóia a tradução juntada neste caso.

O Ponto de Início

Nossa conclusão conseqüentemente deixa claro que as sete e sessenta e duas semanas em Daniel 9:25 estão juntas como um composto das sessenta e nove semanas ou 483 anos históricos até a vinda do Messias. Se o ponto de início para este período puder ser encontrado, a data para Sua vinda 483 anos mais tarde pode ser estabelecida. Por esta razão nos voltamos a seguir para esse importante ponto de início.

Daniel 9:25 declara que o ponto de início era a “promulgação do decreto (‘palavra,’ NIV, marg., [Hebraico *abar*]) para restaurar Jerusalém.” Antes de examinar os decretos específicos e a reconstrução efetiva, devemos fazer umas poucas perguntas a respeito do termo “palavra.”

A. O decreto. A razão por que o termo foi introduzido é por causa de um esforço feito por alguns eruditos crítico-históricos para igualar esta “palavra” em Daniel 9:25 com “a palavra do Senhor para Jeremias” à qual Daniel se refere no verso 2 deste capítulo.^[4] Daniel estava estudando o rolo de Jeremias sobre a profecia da desolação de Jerusalém por setenta anos. Jerusalém devia ser restaurada no fim desse período de tempo. Por causa que a mensagem que veio a Jeremias foi chamada de uma “palavra” e o mesmo termo Hebraico foi usado em Daniel 9:25, eles devem ser iguais? Fazendo isto colocaríamos o começo das 70 semanas de Daniel recuado para o tempo de Jeremias, ao redor do de 593 A.C.

Este tipo de interpretação negligencia o fato que o termo para “palavra” é usado novamente duas vezes em Daniel 9:23. Se um deve ser examinado por conexões linguísticas, aqui no verso 23 é muito mais razoável alguém fazê-lo do que a referência no verso 2 para o tempo de Jeremias.

Porém mesmo aqui existe uma diferença entre a “palavra” da introdução de Gabriel e a “palavra” na profecia em si mesma. Na primeira parte do verso 23, Gabriel diz a Daniel que uma palavra tinha vindo (*yasa'*), obviamente de Deus que enviou a mensagem a Daniel. O fato da forma perfeita do verbo ser usada indica que a palavra já havia vindo, e tendo vindo ela alcançou Gabriel que agora estava para dá-la a Daniel. A referência é a uma ação ou comunicação passada que Daniel agora está para entender.

Mas a palavra que Daniel está para entender não é o decreto para a reconstrução de Jerusalém. Ela é a profecia inteira, que vem depois do que constitui essa “palavra.” Conseqüentemente a “palavra” sobre a reconstrução de Jerusalém estava contida na palavra profética ou mensagem total que Gabriel trouxe a Daniel. Essa palavra é uma descrição de acontecimentos futuros. E um desses acontecimentos futuros é a promulgação da “palavra” ou decreto para reconstruir Jerusalém. Desse modo a “palavra” do verso 25 não é nem a palavra do Senhor a Jeremias no verso 2 nem a palavra do Senhor através de Gabriel a Daniel no verso 23. Ela é alguma coisa a ser cumprida no futuro. Para corroboração observamos que o termo para “saiu [JFA, rev. e cor.]” (Hebraico *mosa'*) que é usado no verso 25 não é nem o termo que é usado para palavra no verso 2 (Hebrew *hayah*) nem o verbo usado no verso 23 (Hebraico *yasa'*). Um contraste adicional entre o verso 2 e o verso 25 é que o primeiro é específico, “a palavra do Senhor,” numa cadeia combinada com o nome de Deus no relacionamento genitivo, enquanto que no verso 25 ela é apenas “uma palavra” nem com o nome divino nem com um artigo usado com ela.

B. O rei do decreto. O próximo ponto que deve ser observado aqui é que foi justamente essa a profecia que predisse o que estava para ser reconstruído. O verso em questão usa o nome específico da cidade, Jerusalém. Portanto, não pode haver questionamento que devemos examinar as circunstâncias sob as quais essa cidade foi reconstruída. A menção específica do nome “Jerusalém” ajuda a evitar confusão com a reconstrução do templo dentro de Jerusalém. Uma cidade não é um templo e um templo não é uma cidade, embora uma cidade possa conter um templo ou estar localizada próxima de um. Esta distinção é importante porque o decreto de Ciro em Esdras 1:2-4 menciona especificamente a autorização para a reconstrução do templo, mas não menciona a cidade. Em resposta a esse decreto, e a um decreto suplementar promulgado por Dario I, o templo foi reconstruído (Ed 6:14-16); mas mesmo depois de sua reconstrução a cidade ainda jazia em ruínas, e esta foi a condição na qual Neemias a encontrou no vigésimo ano de Artaxerxes I, cerca de 70 anos mais tarde. O templo foi completado no sexto ano de Dario I, 516 A.C., porém a cidade ainda estava sem ser reconstruída no tempo de Artaxerxes no meio do próximo século.

Devemos agora tentar descobrir o decreto que teve o efeito de levar à reconstrução da cidade. Não foi o decreto de Ciro em Esdras 1; nem foi o decreto de Dario em Esdras 6, o qual na verdade foi uma autorização para executar as estipulações do decreto original de Ciro. Ambos os decretos lidam com o templo e ambos foram trazidos à sua consumação final quando o templo foi terminado. Devemos olhar para além da reconstrução do templo para o próximo projeto de reconstrução principal em Jerusalém. Na verdade existiram dois decretos, ou um decreto e uma autorização, que estiveram envolvidos neste último evento, muito semelhantes aos dois decretos anteriores focados no templo. Este novo par de decisões oficiais é encontrado em Esdras 7 e Neemias 2. As circunstâncias e conteúdos destes decretos requerem um exame cuidadoso em nossa busca para o ponto de partida da profecia de tempo de Daniel.

C. A natureza do decreto. O decreto dado a Esdras está registrado em Esdras 7:12-26 como um decreto oficial de Artaxerxes. Ele é citado no texto como uma cópia do decreto na língua original Aramaica. Porque o decreto de Dario em Esdras 6 na verdade contém uma reiteração do decreto antecedente de Ciro, o decreto de Artaxerxes é mais longo do que esse de Dario. Os decretos ficam mais longos como um que vai do começo ao fim do livro. O decreto de Ciro no capítulo 1 é o mais curto, o decreto de Dario no capítulo 6 é de extensão média, e o decreto de Artaxerxes no capítulo 7 é o mais longo e, portanto, deve ser conferida a ele alguma medida de importância.

Contribuindo para essa importância está a autoridade toda abrangente conferida a Esdras neste decreto. Através deste decreto lhe foi dado não apenas privilégios para render e oferecer sacrifícios no templo em Jerusalém, mas também lhe foi dado poder para indicar magistrados e juizes na província Além do Rio. A província Além do Rio incluía mais do que a Judéia. Ela incluía toda a Síria que estava localizada a oeste e ao sul no Alto do Rio Eufrates. Desse modo através deste decreto foi dado a Esdras autoridade não apenas sobre os Judeus, mas também sobre as pessoas e território fora da Judéia (Esdras 7:25). Foi-lhe dada permissão para retirar do tesouro dessa província o total de até 100 talentos de prata (veja Esdras 7:21, 22).

Incluía nas responsabilidades de Esdras sob este decreto de Artaxerxes estava a autorização para ensinar a lei do seu Deus tanto para os Judeus como para os não Judeus neste mesmo extenso território. A qualquer um que não obedecesse seus ensinamentos nestes assuntos ele estava autorizado a executar a punição da pena de morte (veja Esdras 7:25, 26). Sua autoridade sobre os não Judeus provavelmente seja o aspecto mais notável do decreto. A extensão e importância da posição de Esdras deve ser cuidadosamente observada a fim de se entender a natureza de sua ação que aconteceu em sua chegada em Jerusalém.

Um segundo retorno de Judeus com ele (Esdras 8) aconteceu sob o mesmo decreto. Este foi apenas o segundo retorno oficial em larga escala dos Judeus desde a conquista Persa de Babilônia, o primeiro sendo sob Ciro (veja Esdras 1, 2). Embora uns poucos Judeus possam ter retornado entre estes dois eventos, a natureza completa e oficial deste retorno autorizado deve ser observada (veja Esdras 7:13). Da mesma maneira que um decreto de retorno iniciou oficialmente a reconstrução do templo, este segundo decreto de retorno serviu oficialmente como o estímulo para o começo da reconstrução de Jerusalém.

D. Os resultados do decreto. Agora chegamos à questão do que Esdras fez em sua chegada em Jerusalém. Sabemos que ele teve que lidar com a questão de casamentos mistos ou com estrangeiros (veja Esdras 9, 10), mas o que mais ele fez? O relato de sua outra atividade está registrado em Esdras 4:7, 16, numa carta dos governadores ocidentais para Artaxerxes, o rei que havia promulgado o decreto. Os governadores soaram uma nota de alarme, relatando: “Seja conhecido ao rei que os Judeus que vieram de vós até nós foram a Jerusalém. Eles estão reconstruindo essa cidade rebelde e ímpia; eles estão terminando os muros e reparando os fundamentos” (Esdras 4:12, RSV). Então os governadores continuaram a ameaçar o rei onde eles podiam feri-lo mais, nos recursos do

tesouro: “Se esta cidade for reconstruída e os muros terminados, eles não pagarão tributo, taxa de importação, ou taxa de pedágio, e o rendimento real será prejudicado” (v. 13, RSV).

Alguns aspectos importantes deste relato ao rei precisam ser considerados. Primeiro o relato é registrado numa carta dos governadores ocidentais. Ele é encontrado em Aramaico no livro de Esdras como um documento oficial do arquivos Persas (veja vs. 7-11). Não pode haver questionamento a respeito da identidade do rei a quem ele foi endereçado. O título da carta contém o nome de Artaxerxes (v. 11), que permitiu que um grupo de Judeus retornasse para a Judéia. Os Judeus tinham parado para ver os governadores em sua viagem para Jerusalém (cf. Esdras 4:12 com 8:36). Esta informação se encaixa bem com a autorização dada a Esdras para fazer retirada dos tesouros das províncias ocidentais. Indubitavelmente, os governadores ocidentais estavam preocupados por que seus recursos foram esvaziadas pela autorização vinda do rei. Quando eles escreveram sua carta as finanças eram predominantes em suas mentes.

Depois de sua parada para a visita oficial aos governadores os Judeus que retornavam foram para Jerusalém. A cidade é mencionada pelo nome em Esdras 4:12 e seu caráter é descrito mais extensivamente pelos governadores em seu relato. A única pergunta aqui é, que grupo de Judeus está em discussão? O próprio livro de Esdras fornece a resposta. Esdras trouxe de volta um grupo de Judeus da Babilônia sob a autorização de Artaxerxes. Os governadores então relataram ao rei que este grupo Judaico que retornava tinha vindo a eles e ido para Jerusalém. Porque nenhum outro retorno de Judeus oficialmente autorizado é conhecido no período Persa desde o tempo de Ciro, e certamente nenhum outro é sabido ter acontecido no reinado de Artaxerxes, estes são inquestionavelmente os Judeus que retornaram com Esdras. A única maneira que alguém pode evitar tal conclusão é pressupor alguém justamente igual a Esdras fazendo a mesma obra que Esdras fez. Tal conjectura é desnecessária.

A conclusão lógica que Esdras e aqueles que retornaram com ele é o grupo aludido aqui tem sido sugerido indiretamente por outros eruditos. Por exemplo, L. W. Batten afirma,

Observamos que os Judeus denunciados aqui são recém-chegados. Portanto, deve ter havido uma extensa migração no tempo de Artaxerxes, da qual não temos outro registro (sic!). Considerando suas promessas o grupo deve ter sido grande.^[5]

F. C. Fensham observa que, “a referência a uma migração no verso 12 provavelmente se refira a um retorno de uma quantidade indeterminada de Judeus antes de Neemias.”^[6]

Uma das razões porque alguns eruditos têm sido relutantes em aceitar Esdras como o líder deste grupo daqueles que retornaram tem que ver com a questão longamente discutida da sequência de Esdras e Neemias. Esdras precedeu Neemias ou Neemias precedeu Esdras? Eruditos inseguros da resposta para esta questão são, naturalmente, inseguros sobre a identidade do grupo que precedeu Neemias na volta a Jerusalém durante o reinado de Artaxerxes. Porém se alguém concordar com a ideia que Esdras precedeu Neemias, então Esdras e seus seguidores que retornaram são os únicos candidatos lógicos para se encaixarem no texto. A sequência de Esdras e Neemias também é uma grande questão para ser discutida aqui.^[7] É suficiente dizer que a ordem tradicional, clássica, e canônica de Esdras seguida por Neemias é aceita e utilizada aqui. O período da história Persa é descrito desde os seus primórdios em Esdras, mas Neemias discute apenas suas próprias experiências durante o reinado de um Artaxerxes, o mesmo nome do rei com quem o livro de Esdras termina. E Neemias usa uma data posterior no reinado desse rei de acordo como o número do ano de reinado. Isto também faz um sentido satisfatório das referências a Esdras no livro de Neemias (8:1, 2, 4, 5, 6, 9, 13; e 9:6). Se alguém reverter a ordem destes dois homens, estas referências ou esta narrativa precisa ser emendada ou mudada por algum outro modelo. A interpretação lógica e direta dos dados é que Esdras retornou antes de Neemias e estava presente durante os acontecimentos de Esdras 8 e 9. O livro de Esdras diz como ele chegou ali antes.

Com esta ordem aplicada aos eventos descritos em Esdras 4:12-23 (mas não incluindo o v. 24), Esdras imediatamente se torna a pessoa que liderou a reconstrução da cidade de Jerusalém no retorno da onda de exilados que veio com ele durante o reinado de Artaxerxes I, antes do tempo de Neemias. Reconstituindo estes acontecimentos desta maneira, entretanto, cria algum problema na ordem do texto. O retorno dos Judeus sob Esdras é descrito nos capítulos 7 e 8, mas a reconstrução da cidade é descrita no capítulo 4. Por que as coisas estão fora de ordem como esta?

Deve ser salientado aqui que existe mais que uma maneira para organizar um livro, bíblico ou outro diferente, e o autor nem sempre tem que consentir com a abordagem estritamente cronológica. Ele também poderia seguir uma

abordagem tópica. E é isso que aconteceu aqui. Existe um parêntese aqui entre Esdras 4:5 e 4:24-5:1. O parêntese continua sua narração ao longo de linhas cronológicas, mas o tópico ou sub-tópico estando em oposição aos Judeus. Essa oposição é citada primeiro para o reinado de Ciro em Esdras 4:1-5, então para o reinado de Assuero (ou Xerxes) em Esdras 4:6, então para o reinado de Artaxerxes em Esdras 4:7-23. Então com Esdras 4:24 a narrativa retorna ao tempo de Dario entre os tempos de Ciro e Assuero.

O tópico tratado nesta subseção (Esdras 4) é oposição aos Judeus. A oposição está no primeiro caso sobre a construção do templo (tempo de Ciro), então uma oposição mais geral (tempo de Xerxes), e finalmente uma oposição sobre a construção da cidade de Jerusalém (tempo de Artaxerxes). Fensham apresentou uma avaliação precisa deste problema em sua declaração que,

Apesar de tudo isto [a ordem cronológica dos reis Persas no capítulo 4], Rudolph presume que o Cronista não tinha ideia da sequência histórica dos reis Persas e mencionou nomes típicos que eram acidentalmente corretos cronologicamente. Rudolph chega a esta conclusão por causa da interrupção súbita a Dario em 4:24. ... Desse modo é compreensível que eruditos modernos, raciocinando de sua própria lógica, devem considerar a confiabilidade histórica deste capítulo com suspeita. Porém existe outra espécie de lógica perfeitamente legítima para o raciocínio do autor deste capítulo: ele está se referindo neste capítulo na ordem cronológica aos obstáculos colocados no caminho dos Judeus para reconstruírem o templo e o muro de Jerusalém. Quando ele discute os problemas da construção do templo em 4:1-5, eles o lembraram mais tarde de problemas semelhantes com a reconstrução do muro de Jerusalém, e desse modo 4:6-23 foi inserido, quase parenteticamente, antes do argumento da construção do templo ter sido novamente tomado em 4:24ss. (já observado por C. F. Keil no último século).^[8]

Consequentemente existe uma explicação perfeitamente satisfatória quanto a por que o decreto e o retorno são descritos nos capítulos 7 e 8 mas a reconstrução empreendida pelas mesmas pessoas que retornaram nestes capítulos é descrita no capítulo 4. Não existe conflito. O arranjo do capítulo meramente reflete a decisão do autor de tratar seus materiais de uma maneira tópica em vez de numa estritamente cronológica.

Dois perguntas finais sobre estes eventos surgem diante de nós antes de nos voltarmos para os assuntos mais especificamente cronológicos. A primeira pergunta é: Por que Esdras empreendeu a reconstrução da cidade quando ela não era especificamente mencionada no decreto autorizador de Artaxerxes? A segunda pergunta é: Por que Artaxerxes fez parar a reconstrução se ele a autorizou e era tão favorável a Esdras?

Respondendo a primeira pergunta podemos simplesmente fornecer a prova histórica. Esdras 4:12, 13 indicam que Esdras realmente esteve à frente e empreendeu a construção. Parece que ele não fez nenhum esforço para esconder o que estava fazendo. Ele não a realizou clandestinamente, mas diante da plena visão dos governadores ocidentais. Dado essa natureza aberta do projeto, alguém pode apenas dizer que Esdras enquanto empreendida essa reconstrução se sentia dentro da jurisdição da autorização outorgada a ele. Como um observador consciencioso da lei de Deus como ele era – e até mesmo Artaxerxes notou este detalhe – ele não fez nenhuma tentativa para enganar qualquer um a respeito daquilo que estava sendo realizado. Havia sido concedido a Esdras autoridade legal e judicial da sala da corte (Esdras 7:15, 26) que era necessária para aquilo que envolve o estabelecimento de lugares de julgamento. Tais lugares eram tipicamente as “portas” da cidade onde os juízes se reuniam para suas atividades de julgamento. Parece haver aqui uma clara indicação que Esdras deve ter fornecido facilidades do edifício onde as atividades civis judiciais deviam ser realizadas de maneira apropriada. Jerusalém era num sentido um recinto religioso cercado a área do templo, e a autoridade de Esdras sobre assuntos religiosos parece ter incluído também a reconstrução de Jerusalém.

E. Resposta do rei. Que espécie de rei era Artaxerxes, que reverteu seu próprio decreto? Historiadores o descrevem como possuindo duas caras. Provavelmente o exemplo clássico de sua duplicidade ocorreu no tratamento dado a Inarus, que se rebelou contra ele no Egito. Depois que Inarus foi derrotado pelo general de Artaxerxes, Megabizus, em 454 A.C., Artaxerxes lhe prometeu salvo conduto para a Pérsia e lhe assegurou que ele não seria executado. Artaxerxes honrou esta promessa por uns cinco anos, mas finalmente, atendendo ao apelo da Rainha Mãe Amestris, ele mandou empalar Inarus. Megabizus ficou tão desconcertado com a perfídia do rei que ele então se insurgiu numa revolta na Síria.^[9]

Cronologia

Voltamo-nos agora à questão da cronologia dos acontecimentos envolvidos. Uma vez que as questões cronológicas estejam decididas um cálculo direto da data para o Messias pode ser proposto e a história pode ser examinada para ver se ele se encaixa.

A data para o início deste período da profecia deve coincidir com divulgação ou promulgação da palavra ou decreto que levou ao começo da reconstrução de Jerusalém. De acordo com as interpretações discutidas acima, o decreto que conduziu a esse começo pode ser identificado como o decreto que Artaxerxes I deu a Esdras. Esse decreto precisa ser datado. A narrativa ligada a ele indica que Esdras e seus companheiros deixaram Babilônia no primeiro dia do primeiro mês do sétimo ano de Artaxerxes (Esdras 7:9), ou 1/1/7. Depois de uma jornada de quatro meses eles chegaram a Jerusalém no primeiro dia do quinto mês do sétimo ano (v. 10), ou 5/1/7. Duas questões importantes estão envolvidas aqui: (1) datas absolutas para o reinado de Artaxerxes, e (2) a espécie de calendário de acordo com o qual estas datas foram calculadas.

A. Os anos do reinado de Artaxerxes. Datas absolutas para o reinado de Artaxerxes I podem ser estabelecidas através do conhecimento das datas para os dois reis precedentes, Dario I e Xerxes. As datas para estes reis são bem conhecidas porque ambos conduziram invasões na Grécia e historiadores Gregos dataram seus reinados nos termos do sistema de datação bem compreendido das Olimpíadas. Em adição temos fontes do Antigo Oriente Próximo que incluem um papiro proveniente do Egito datado para o reinado de Artaxerxes e o fluxo constante de tabletes de contratos escritos em cuneiforme quando a Babilônia estava sob o controle Persa. Também temos o Cânon de Ptolomeu, no qual os reinados dos antigos reis retroagem à metade do oitavo século A.C. que eram datados e fixados por meio de eclipses e cálculos astronômicos matemáticos. Em outras palavras, estamos numa posição muito segura e muito acurada para fixar as datas para Xerxes e seu filho Artaxerxes, que o sucedeu.

1. *Fontes históricas clássicas.* Iniciaremos com algumas das últimas fontes e obras de modo inverso ao nosso método. Pelo menos meia dúzia de historiadores clássicos (Greco-Romanos) mencionam alguma coisa a respeito do tempo ou circunstâncias que cercaram a morte de Xerxes. O historiador Grego Ctesias nos diz muito sobre as circunstâncias que envolveram o assassinato de Xerxes por Artabanus, porém ele não data o evento precisamente.^[10] Diodoro da Sicília que nos fornece a data mais precisa para esses eventos, datando ambos pelo arcontado Ateniese e o ano consular Romano. Estes dois tipos de anos se sobrepõem para indicar que Xerxes foi assassinado em algum tempo durante a última metade do ano Juliano 465 A.C.^[11]

2. *Uma fonte astronômica Egípcia.* O calendário solar Egípcio era $\frac{1}{4}$ de dia mais curto que um ano solar verdadeiro avançado regularmente em relação aos anos Julianos usados para calcular datas A.C. Este aspecto tem sido usado por historiadores modernos para elaborar datas antigas Egípcias que figuram no início do calendário Egípcio. Ele também foi usado pelo astrônomo Ptolomeu em seu *Almagest*.^[12] No ano no qual Xerxes morreu, 465 A.C., o dia de Ano Novo Egípcio, 1 de *Thoth*, caiu em nosso 17 de Dezembro. Se Xerxes morreu antes de 17 de Dezembro, então o segundo ano do reinado de Artaxerxes teria começando nesse dia; mas em vez disso, o primeiro ano de Artaxerxes começa em 17 de Dezembro, e isso significa que “de acordo com o sistema Egípcio” Xerxes morreu entre 17 de Dezembro o Dia do Ano Novo Persa Babilônico Primaveril, 1 de *Nisanu*, na primavera.

3. *Uma fonte astronômica Babilônica.* Os Babilônios estavam conscientes que os eclipses solares e lunares se repetiam quase exatamente em ciclos de 18 anos. Os astrônomos antigos chamavam estes períodos de “ciclos Saros.” Tabletes cuneiformes registrando ciclos Saros em termos dos anos dos reinados de reis são conhecidos do período Helenístico.^[13] Tabelas derivadas destes tabletes mensuram estes ciclos desde o nono ano de Xerxes até o sexto e o vigésimo-quarto ano de Artaxerxes. À parte do fato que astrônomos modernos podem determinar quando estes fenômenos astronômicos aconteceram, eles também podem mensurar para nós o número de anos entre estas datas de reinado. Desta maneira este ciclo de datas dos 18 anos entre o nono ano de Xerxes e o sexto ano de Artaxerxes se estende entre 477 A.C. e 459 A.C. Isto fixa o ano da morte de Xerxes e a ascensão de Artaxerxes em 465 A.C.

4. *Fontes históricas Egípcia-Judaicas.* De um Papiro do quinto século A.C. escrito em Aramaico por mercenários militares Judeus empregados da Pérsia na ilha de Elephantina no Egito nos fornece valiosa informação histórica e cronológica. Estes documentos foram datados no sistema de sobreposição dos calendários Egípcio e Persa-Babilônico. As junções matemáticas nas quais estes dois calendários variáveis se cruzam com datas duplas ajudam a fixar as datas para os reis nas quais estes documentos foram escritos. Um caso de especial importância é o papiro

Cowley Nº 6 que foi datado no vigésimo primeiro ano (o último) de Xerxes e no ano da ascensão de Artaxerxes.^[14] As datas do dia e mês utilizadas neste documento fixam sua escrita em 2 de Janeiro de 464 A.C. Este mesmo texto indica que a morte de Xerxes foi anunciada no Egito nesse tempo. Levando-se em conta o tipo de “estafeta” do sistema de correspondência Persa realizado naquele tempo, a chegada desta notícia no Egito pode ser localizada mais tarde em 465 A.C. Isto apóia outras indicações que Xerxes morreu no final desse ano, o final de 465 A.C. (Na seção anterior revisamos a evidência que ele morreu depois de 17 de Dezembro de 465 A.C.)

5. *Fontes históricas Babilônicas.* O fluxo de tabletes de contrato dos escribas Babilônios continuou sob os reis Persas, porém nossas fontes têm uma tendência de diminuição nos reis mais tardios desse período. Desse modo estes tabletes não têm sido tão úteis como desejaríamos em termos de fixação da data precisa da transição entre Xerxes e Artaxerxes, apesar da publicação recente de coleções adicionais destes tabletes^[15] e catálogos de coleções não publicadas destes tabletes.^[16] Eles, entretanto, confirmam abundantemente o padrão estabelecido previamente que indica que 465 A.C. foi o vigésimo primeiro ano de Xerxes e o primeiro ano completo do reinado de Artaxerxes I começando em 1 de *Nisanu* na primavera de 464 A.C. Publicação recente de tabletes astronômicos provenientes do décimo primeiro e do vigésimo quarto anos de Artaxerxes I tem fornecido apoio mais preciso para esse mesmo padrão cronológico.^[17]

6. *Sumário das datas do reinado de Artaxerxes.* Em resumo, podemos dizer que existem diversas linhas cronológicas muito importantes que poem em evidência a datação dos anos do reinado de Xerxes e os de seu filho Artaxerxes I. Um conhecimento destas datas nunca foi perdido, porque elas foram preservadas nos historiadores clássicos da Grécia e de Roma e nas tabelas do *Almagest* de Ptolomeu. Estes indicam claramente que 465 A.C. foi o vigésimo primeiro e último ano de Xerxes e que 464 A.C. foi o primeiro ano completo oficial de Artaxerxes I. Descobertas arqueológicas do final do último século e deste presente século têm fornecido ampla confirmação da acuracidade desses cálculos. Apoio para estas datas foi encontrado no papiro de Elefantina e de uma maneira mais geral, mas ainda fortemente acurada, nos tabletes de *Saros* e na compilação de tabletes de contrato Babilônios provenientes do período Persa. Não pode haver dúvida para qualquer um familiarizado com as fontes cronológicas acuradamente fixadas disponíveis que possuímos dos anos de reinado de Artaxerxes I. Na verdade, as datas estão tão bem estabelecidas no fundamento destas fontes que é difícil imaginar alguma espécie de descoberta futura que poderia possivelmente move-las.

B. O calendário para o cálculo dos anos do rei. Tendo estabelecido as datas absolutas para o reinado de Artaxerxes, chegamos agora ao ponto de como os Judeus do tempo de Esdras usavam os métodos de datação contemporâneos. Esdras, vivendo sob este mesmo Artaxerxes e como um cidadão de Babilônia, sabia muito bem quando Xerxes foi morto e quando Artaxerxes assumiu o trono. Consequentemente, quando ele datou seu próprio retorno à Judéia no sétimo ano de Artaxerxes (Esdras 7), ele estava fazendo uso desta viva, ativa, e contínua informação cronológica. A única questão é se ele usou essa informação, de acordo como o sistema de datação Persa e Babilônico, ou de acordo com o seu próprio calendário Judaico?

A diferença aqui pode ser ilustrada de maneira muito simples. O ano do calendário Babilônico começava com o mês de *Nisanu* (*Nisan* Judaico) na primavera do ano, Março-Abril em nosso calendário. Se Esdras seguiu o sistema Babilônico, que continuou a ser usado pelos reis Persas, ele datou os anos do reinado de Artaxerxes, incluindo o sétimo ano mencionado em Esdras 7, como iniciando na primavera. Em contraste, havia o calendário civil Judaico que começava no outono em 1º de Tishri (*Tashritu* do Babilônios). No caso que estamos considerando, isto nos fornece uma diferença de 6 meses.

Se Esdras começou os anos de Artaxerxes de acordo com o sistema Persa-Babilônico então seu primeiro ano do reinado de Artaxerxes iniciou na primavera de 464 A.C. Porém se Esdras começou os anos de Artaxerxes de acordo com o ano civil Judaico então seu primeiro ano começou no outono de 464 A.C. Em ambos os sistemas o primeiro ano do *reinado* de um rei iniciava no sistema do dia do Ano Novo. O período entre o momento quando o rei morria e um novo rei assumia oficialmente o trono em seu primeiro dia do Ano Novo era conhecido como seu ano de *ascensão*. Em Esdras e Neemias estamos lidando apenas com os anos de reinado.

Estas considerações afetam a data para o início da profecia das 70 semanas, porque temos que olhar para o decreto de Esdras 7 como representando a promulgação da “palavra” em resposta para a qual a reconstrução da cidade de Jerusalém começou. Esdras diz que ele deixou Babilônia em 1/1/7 de Artaxerxes e chegou em Jerusalém quatro meses mais tarde, em 1/5/7 de Artaxerxes (veja Esdras 7:7-9). Se ele forneceu estas datas de acordo com o ano Persa-Babilônico primavera-primavera, isto teria caído na primavera e verão do ano 458 A.C. O decreto então

deveria ter sido promulgado antes de 1º de *Nisan* de 458 A.C., ou em algum tempo no sexto ano de Artaxerxes, 459-458 A.C. Porém se estes acontecimentos são calculados de acordo com o ano civil Judaico, que começou com 1º de *Tishri* no outono de 458 A.C., então o decreto provavelmente teria sido promulgado durante esse inverno de 458-457 A.C., e a jornada aconteceu durante a primavera e verão de 457 A.C. (No caso do ano outono-outono, os números do mês não mudam, eles correm VII, VIII, IX, X, XI, XII, I, II, III, IV, V, VI).

A questão pode ser quanto ao fato se Esdras estava usando o calendário Persa-Babilônico, o decreto e o retorno ocorreram em 458 A.C.; enquanto que, se o decreto e o retorno foram datados por Esdras de acordo com o ano civil Judaico, eles caem em 457 A.C. Qual destas duas alternativas é correta e por que? A evidência é esmagadora a favor de que Esdras usou o calendário outonal Judaico, como os parágrafos abaixo revelarão.

1. *O Calendário Outonal Judaico Durante a Monarquia Unida.* Primeiro, deve ser observado que existiam dois calendários em uso no antigo Israel, o calendário religioso que começava (como o calendário Babilônico) na primavera, e o calendário civil que começava no outono. O ano novo Judaico o *Rosh Hashanah*, que sobrevive no calendário litúrgico das sinagogas hoje, é uma sobrevivência do calendário civil. O uso do calendário outonal para propósitos civis ou políticos remonta ao tempo de Salomão. Como E. R. Thiele mostrou tão eficazmente, os anos do reinado de Salomão aplicados no registro da construção de seu palácio e do templo foram datados por um calendário outonal.^[18]

2. *O Calendário Outonal Judaico Durante a Monarquia Dividida.* Quando comparamos os vários sincronismos e registros do ano de reinado em 1 e 2 Reis, vemos que o uso do calendário outonal predominava no sul, no reino de Judá, enquanto que o calendário primaveril era usado mais comumente no reino do norte, Israel.^[19]

3. *O Calendário Outonal Judaico no Final da Monarquia Dividida.* O uso do calendário outonal em Judá pode ser elucidado com detalhe especial no fim do reinado de Judá, durante os anos que os seus últimos reis caíram derrotados nas mãos de Nabucodonosor e suas tropas vindas da Babilônia. O uso de um a calendário outonal nestes registros de 2 Reis pode ser demonstrado especialmente bem porque o texto bíblico não apenas fornece os anos dos reis de Judá envolvidos, mas também fornece algumas referências aos anos do rei Nabucodonosor. Com a publicação das crônicas reais do próprio Nabucodonosor iniciando no ano 593 A.C.,^[20] as datas na Bíblia e nessas crônicas podem ser comparadas. Quando tal comparação é feita pode ser demonstrado que o escritor de 2 Reis estava de fato usando o calendário outonal dos Judeus para calcular estas datas.^[21] Somente dessa maneira podem estas datas bíblicas e extrabíblicas ser harmonizadas.

Desse modo o uso do calendário outonal para os anos civis ou dos reinados dos reis que reinaram em Jerusalém pode ser demonstrado no início das datas bíblicas para Salomão. Seu uso continuou durante a monarquia dividida, como demonstrado pelos sincronismos no registro bíblico, e eles são prontamente evidentes quando conferidos com uma fonte extra-bíblica no final da monarquia Judaica.

4. *O Calendário Outonal Judaico Durante o Exílio Babilônico.* O calendário outonal continuou em uso entre os Judeus no exílio na Babilônia. Isto é evidente do sistema de datação empregado no livro de Ezequiel, o profeta que escreveu do exílio na Babilônia. Ele não datou suas visões de acordo com os anos de reinado dos reis Babilônicos sob os quais ele viveu, mas as datou de acordo com os anos do exílio dos Judeus. Isto é aparente da data no título do livro encontrada em Ez 1:2; 8:1; 40:1.

5. *O Calendário Outonal Judaico Depois do Exílio Babilônico.* Chegamos agora ao próprio Esdras. Existe alguma evidência em seu livro que ele usou um calendário outonal? Infelizmente, não existe; entretanto, temos precisamente essa espécie de informação em Neemias 1, 2. Porque Neemias foi um contemporâneo e compatriota de Esdras, o uso de um calendário outonal no livro de Neemias pode ser tomada como uma evidência muito forte que Esdras o usou também. Qual então é a evidência para o calendário outonal em Neemias?

No primeiro capítulo de Neemias nos são apresentadas as circunstâncias nas quais Neemias se encontrava na corte de Artaxerxes. Ele tinha recebido notícias recentes que Jerusalém estava destruída e queimada (veja Ne 1:1-3). Devemos enfatizar que estas eram notícias recentes sobre acontecimentos recentes. Neemias não estava falando sobre o que Nabucodonosor fez à cidade mais de um século antes.

Se entendermos que Esdras já havia obtido progresso na reconstrução da cidade quando ele retornou (Esdras 4:12-26), então algum ataque futuro contra a cidade seria a causa da preocupação de Neemias. Vendo a angústia de Neemias, o rei perguntou sobre a sua causa. Quando ele soube, o rei o autorizou a ir a Jerusalém e cuidar por si mesmo das questões.

De interesse cronológico nesta narrativa é a maneira em que as duas datas envolvidas são expressas. O recebimento das novas por Neemias concernentes a Jerusalém no nono mês do vigésimo ano de Artaxerxes. A autorização dada a Neemias para tratar essas questões foi de fato concedida mais tarde, contudo, de acordo com Neemias 2:1 ela foi outorgada no *primeiro* mês do mesmo vigésimo ano de Artaxerxes! Pode haver apenas uma maneira de explicar estas datas historicamente como elas se apresentam, i.e., que elas foram computados de acordo com o ano outono a outono que iniciava no sétimo mês como observamos nos poucos parágrafos acima, no ano outono a outono o número dos meses são contados como VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, I, II, III, IV, V. Desse modo no ano outono a outono o primeiro mês vem seis meses depois do sétimo mês.

Como o texto se apresenta, e esta é a base sobre a qual os estudiosos devem tirar suas conclusões, estas datas em Neemias 1, 2 apresentam a evidência mais forte possível que Neemias usou o calendário outonal, e, que portanto, é mais razoável concluir que seus colegas contemporâneos de Esdras o fizeram também.

6. O Calendário Outonal Judaico Durante o Exílio Egípcio Contemporâneo. Uma linha de evidência final suplementar é encontrada nos papiros de Elefantina, dos quais foi publicada uma segunda porção em 1953. Entre estes papiros está um que tem implicações diretas com o tipo de ano de reinado que foi empregado pelos Judeus que serviam no Egito. O papiro Kraeling Nº 6 contém datas que colocam seu mês de *Tammuz*, o quarto mês do ano Judaico (ou Julho) no ano 420 A.C. O papiro Kraeling Nº 7 é datado em *Tishri* (ou Outubro) do mesmo ano, 420 B.C. Porém o ano de reinado de Darius II, sob quem estes textos foram escritos, muda entre os textos do ano três do papiro de Julho para o ano quatro do papiro de Outubro. Isto significa que o número do ano do rei, de acordo com o uso das pessoas que escreveram este papiro, mudou no dia de Ano Novo de 1 de *Tishri* em vez de no dia de Ano Novo do ano primaveril de 1 de *Nisan*.

Isto foi examinado e explicado em detalhes por Siegfried Horn em seu estudo destes e textos relacionados.^[22] Desse modo, enquanto Esdras e Neemias usavam o calendário Judaico outonal nos seus, outros Judeus exilados no Egito também o estavam usando um quarto de século mais tarde durante sua diáspora.

7. Sumário do Uso do Calendário Outonal Judaico. Para sumariar, pode ser observado que a monarquia Hebraica começou usando o calendário outonal para os anos do reinado de Salomão e continuou a usá-lo no reino de Judá. Seu uso é demonstrado especificamente por uma comparação entre 2 Reis e documentos extrabíblicos no fim da monarquia. Os Judeus levaram este calendário com eles para o exílio na Babilônia e continuaram a usá-lo ali, como é evidenciado pelas datas em Ezequiel. No período pós-exílio Neemias, obreiro companheiro de Esdras, fornece evidência textual direta do uso desta espécie de calendário. Outros exilados em outros lugares continuaram a usar esse mesmo calendário. Consequentemente a conclusão que Esdras usou um calendário outono a outono para as datas em seu livro repousa sobre base muito sólida. Isto significa que “o sétimo ano de Artaxerxes” em Esdras 7 é 457 A.C. em vez de 458 A.C. como deveria ser sugerido se ele estivesse usando um calendário primaveril.

C. Conclusões sobre cronologia. Através destes dois procedimentos cronológicos, uma pesquisa por uma data absoluta para os anos de reinado de Artaxerxes e um exame da questão de qual espécie de calendário Esdras usou, chegamos ao ano 457 A.C. como a data para o decreto de Artaxerxes registrado em Esdras 7. Por que este foi o decreto que levou ao início da reconstrução da cidade de Jerusalém, chegamos a uma data absoluta para a especificação da profecia de Daniel 9:25. Esse texto agora pode ser parafraseado aqui para identificar seu ponto de partida como: “Desde a promulgação da palavra (o decreto de Artaxerxes I) para restaurar e reconstruir Jerusalém (por Esdras de acordo com o decreto de Esdras 7 e as ações de Esdras 4), em 457 A.C.”

D. O decreto de Neemias. Dois pormenores finais precisam ser apresentados em relação ao “decreto” concedido a Neemias registrado em Neemias 2. O primeiro tem que ver com seu relacionamento com o decreto antecedente de Esdras. Verdaderamente, esta última comunicação não foi absolutamente no mesmo nível do decreto oficial dado anteriormente a Esdras. Foi dada a Neemias uma carta que o autorizava a receber reconhecimento e assistência para a tarefa que o rei lhe havia permitido realizar. Ela possuía o efeito final de um decreto, porém não era absolutamente a mesma coisa. A relação entre as duas comunicações foi o da autorização inicial e da autorização suplementar. Aquilo que Esdras iniciou foi então assumido e levado adiante até uma conclusão parcial por Neemias. Como no caso anterior do decreto inicial de Ciro em Esdras 1 e a autorização suplementar de Dario em Esdras 6, os dois decretos de Artaxerxes em Esdras 7 e Neemias 2 podem ser vistos como um par. Em ambos os casos o decreto inicial levou ao início do projeto, porém os dois projetos de reconstrução requereram autorização suplementar para completa-los; com o templo no primeiro caso e a cidade no segundo.

E. Interpretações alternativas. Porque ele foi realmente o primeiro decreto do segundo conjunto, aquele dado a Esdras em 457 A.C., que levou ao início da construção da cidade, ele é o decreto para o qual deveríamos nos voltar

para fixar o ponto para o início do período profético e histórico esboçado por Daniel. Mas alguns comentaristas Evangélicos mantêm que em vez disso devemos trabalhar com a data de 444 A.C. (a comunicação feita a Neemias) para iniciar este período. Entretanto, a fim de que este período prediga quando Jesus de Nazaré se tornaria o Messias, aqueles que iniciam em 444 A.C. são forçados a encurta-lo. Um período completo de 483 anos a partir de 444 A.C. ultrapassa o ministério e a morte de Jesus em pelo menos cinco anos quase que por qualquer padrão que usemos.^[23] Não há maneira de reconciliar a data 444 A.C. e ter os 490 anos terminando em qualquer tempo próximo da morte de Jesus Cristo.

Conclusão

Quando os procedimentos corretos descritos acima são executados, pode ser visto que a profecia das 69 semanas, ou os 483 anos históricos completos de Daniel 9, culmina no ano 27 A.D. A pergunta final a este estudo é: O que significa as palavras “até o Messias o príncipe”? Elas devem indicar o tempo para a vinda do Messias. Deve ser cuidadosamente observado o que é um Messias. De acordo com sua raiz verbal, Messias significa alguém ungido. Desse modo o Messias é aquele que é ungido. Diante disso a unção da pessoa da profecia não seria realizada enquanto ela ainda não fosse completamente o Messias. Consequentemente não falamos aqui a respeito do tempo do nascimento do Messias ou o tempo de Sua morte; estamos falando sobre o tempo quando Ele apareceria como o Messias. Existe apenas uma pessoa, e somente uma, que preenche esta exigência, e essa é aquela que foi ungida como o Messias no ano 27 A.D. “Jesus de Nazaré.” Sua unção no Rio Jordão, por João Batista e por Seu Pai celestial, ocorreu no décimo quinto ano de Tibério Cesar de acordo com Lucas 3:1, 21, 22. Embora existam outras maneiras possíveis de calcular este ano do reinado de Tibério,^[24] este certamente é um procedimento razoável e aceito por muitos comentaristas, cronógrafos e historiadores para calcula-lo a partir do ano 12 A.D. Utilizando esse procedimento e começando do ponto de início estabelecido acima no ano 457 A.C. leva-nos a um indivíduo específico como o Messias desta profecia – Jesus Cristo. Em outras palavras, o estabelecimento do ano 457 A.C. como o ponto de partida da profecia das 70 semanas de Daniel 9 é um dos indicadores mais fortes entre as profecias Messiânicas do Velho Testamento que Jesus verdadeiramente era tudo aquilo que Ele reivindicava ser.

Retirado do *Journal of the Adventist Theological Society*, 01/02/1991, pp. 115-138. Usado com permissão.

[1]. L. Wood, *A Commentary on Daniel* (Grand Rapids: Zondervan, 1973), 247. Wood fornece quatro razões essenciais por que ele mantém que cada unidade dos “setes” deve ser interpretada como um ano literal e histórico.

[2]. Para uma discussão mais extensa do princípio dia-ano como aplicado a profecias apocalípticas de tempo veja meu estudo no capítulo três de *Selected Studies on Prophetic Interpretation*, Daniel and Revelation Committee Series, vol. 1 (Washington, D.C.: Biblical Research Institute, 1982), pp. 56-88.

[3]. *Ibid.*, pp. 74-77.

[4]. J. A. Montgomery, *A Critical and Exegetical Commentary on the Book of Daniel* (Edinburgh: T. & T. Clark, 1927), p. 378.

[5]. L. W. Batten, *A Critical and Exegetical Commentary on the Books of Ezra and Nehemiah* (Edinburgh: T. & T. Clark, 1913), p. 173.

[6]. F. C. Fensham, *The Books of Ezra and Nehemiah* (Grand Rapids: Eerdmans, 1982), p. 73.

[7]. *Ibid.*, 6-9. A literatura sobre este assunto é extensa e não pode ser citada em detalhes aqui. Para um estudo entre muitos que sustentam a ordem tradicional de Esdras-Neemias, veja C. G. Tuland, “Ezra-Nehemiah or Nehemiah-Ezra?” *Andrews University Seminary Studies* 12 (1974), pp. 47-62.

[8]. Fensham, *The Books of Ezra and Nehemiah*, pp. 69, 70.

[9]. A. T. Olmstead, *History of the Persian Empire* (Chicago: University of Chicago, 1948), pp. 308-312.

[10]. *Persica*, pp. 29-31.

[11]. Diodorus Siculus, xi.69.1-6.

[12]. Para um tratamento extenso de Ptolomeu e outras obras relacionadas com este problema veja J. Neuffer, “The Accession of Artaxerxes I,” *Andrews University Seminary Studies* 6 (1968), pp. 60-87.

[13]. Estudos básicos dos tabletes de *Saros* podem ser encontrados em J. N. Strassmaier, “Einige chronologische Daten aus astronomischen Rechnungen,” *ZA* 7 (1892), pp. 197-204; *id.*, “Zur Chronologie der Seleuciden,” *ZA* 8 (1893), pp. 106-113.

[14]. A. E. Cowley, *Aramaic Papyri of the Fifth Century B.C.* (Oxford: Oxford University, 1923). O Papiro Nº 6 aparece nas pp. 15-18 desta obra.

[15]. *Cuneiform Texts From the Babylonian Tablets in the British Museum*, vols. 55, 56, e 57 (London: British Museum, 1982). Estes três volumes apresentam uma extensa coleção dos tabletes Neo-Babilônios não publicados anteriormente.

[16]. A volumosa coleção *Sippar* de tabletes contendo contratos Neo-Babilônios agora foi catalogada, mas a maioria dos tabletes permanece não publicada. Para o catálogo veja E. Leichty, *Catalogue of the Babylonian Tablets in the British Museum, vol. VI: Tablets from Sippar I* (London: British Museum, 1986) e E. Leichty and A. K. Grayson, *ibid., vol. VII: Tablets from Sippar 2* (London: British Museum, 1987).

[17]. A. J. Sachs e H. Hunger, *Astronomical Diaries and Related Texts from Babylonia, vol. I: Diaries from 652 to 262 B.C.* (Vienna: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1988).

[18]. Os textos bíblicos envolvidos são 1 Reis 6:1, 37-39 e 7:1. Para uma discussão detalhada das datas nestas passagens e o modo que elas se ajustam a um calendário de outono melhor do que a um calendário de primavera veja E. R. Thiele, *The Mysterious Numbers of the Hebrew Kings* (Grand Rapids: 1965), pp. 28-30.

[19]. *Ibid.*, pp. 18-20, 30.

[20]. D. J. Wiseman, *Chronicles of Chaldean Kings (626-556 B.C.) in the British Museum* (London: British Museum, 1961).

[21]. S. H. Horn, "The Babylonian Chronicle and the Ancient Calendar of the Kingdom of Judah," *Andrews University Seminary Studies* 5 (1967), p. 23; A Malamat, "A New Record of Nebuchadnezzar's Palestinian Campaigns," *IEJ* 6 (1956), p. 148

[22]. S. H. Horn e L. H. Wood, *The Chronology of Ezra 7* (Washington, D.C.: Review and Herald, 1953).

[23]. Uma excelente revisão de como comentaristas evangélicos manipularam estas datas pode ser encontrada em G. F. Hasel, "Interpretations of the Chronology of the Seventy Weeks," em F. B. Holbrook, ed., *Seventy Weeks, Leviticus, and the Nature of Prophecy*, Daniel and Revelation Committee Series, vol. 3 (Washington D.C.: Biblical Research Institute, 1986), pp. 3-64, veja especialmente as pp. 14-21 para os tipos de cálculos citados acima.

[24]. Para as maneiras diferentes pelas quais os anos de reinado de Tibério foram calculados veja J. Finegan, *Handbook of Biblical Chronology* (Princeton, N.J.: Princeton University, 1964), pp. 259-272. Observe que pelo menos quatro ou cinco das soluções discutidas levam ao ano 27 A.D. como a data para o começo do ministério de Jesus.

Abreviações:

IEJ – *Israel Exploration Journal*

ZA – *Zeitschrift für Assyriologie*

Textos bíblicos citados da NIV são da *Holly Bible, New International Version*, copyright © 1973, 1978, 1984, International Bible Society. Usada com permissão da Zondervan Bible Publishers.

Textos bíblicos citados da NVI são da *Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional*, copyright © 1993, 2000, Sociedade Bíblica Internacional. Usada com permissão da Editora Vida.

Textos bíblicos citados da RSV são da *Revised Standard Version of the Bible*, copyright © 1946, 1952, 1971, Divisão de Educação Cristã do Concílio Nacional das Igrejas de Cristo nos EUA. Usado com Permissão.

22/07/98